

# GÊNERO E PLANEJAMENTO URBANO EM SETE LAGOAS, MG, BRASIL

FLÁVIA HORTA CORRÊA<sup>1</sup> & LAÍS GROSSI DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduada em Arquitetura e Urbanismo, hcorrea.flavia@gmail.com

<sup>2</sup>Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, grossideoliveira.lais@gmail.com

---

*Caderno Saberes, n. 7, 2021*

**RESUMO** - O trabalho abordou o planejamento urbano desde uma perspectiva de gênero com o objetivo de propor diretrizes para a inclusão sócio-espacial das mulheres nos espaços urbanos. Partindo do estudo de caso de Sete Lagoas, MG, Brasil, foram estabelecidas estratégias de pesquisa, como revisão da literatura a respeito da relação entre gênero e planejamento no Brasil e em outras partes do mundo; reconhecimento do processo histórico de produção das cidades; análise crítica das soluções apresentadas sobre as questões de gênero no planejamento urbano em outros contextos e suas contribuições para a qualidade de vida da cidade; e levantamento de dados sobre a ocupação do território de Sete Lagoas por suas habitantes e outras mulheres que frequentam esse espaço, através da aplicação de questionário virtual e rodas de conversa. Por fim, após análise de todo material citado anteriormente, foram traçadas diretrizes para um espaço urbano mais inclusivo às mulheres e que facilite suas vivências cotidianas no município em questão.

**Palavras-chave:** Desigualdade de Gênero. Espaço Público. Inclusão Socioespacial. Mulher. Planejamento Urbano.

## INTRODUÇÃO

Em uma sociedade organizada de forma patriarcal, a dominação masculina se reproduz no espaço e ergue barreiras sexistas, que dividem e hierarquizam o espaço urbano entre espaço público e o espaço privado. Nas palavras de Muxí (2006):

Gênero é a construção cultural de papéis atribuídos aos sexos; esta construção atribui espaços e dá prioridades. O privado e o público, pares complementares e ao mesmo tempo antagônicos. O cotidiano é secundário e relativo ao exterior, o público é principal e importante, portanto, apenas formulável a partir das teorias neutras, racionais e abstratas, não da experiência. Essa valorização discriminatória tem sua formalização na ordem interna e na ordem urbana, duas figuras complementares e inseparáveis (MUXÍ, 2006, p. 70, Tradução nossa).

Nessa sociedade, os espaços de decisão foram por muito tempo de maioria masculina - quando não exclusivamente - o que tornou os homens os primeiros responsáveis pela elaboração dos desenhos urbanos. Assim, tais espaços públicos produziram-se de acordo com perspectivas masculinas, desconsiderando as especificidades das mulheres, além de outros grupos sociais subalternizados (GONZAGA, 2004). Essa limitação se perpetua até os dias de hoje.

A maneira como homens e mulheres experimentam o espaço público é muito diferente. O alto índice de violência contra as mulheres, por exemplo, exige o controle do medo pela rua, impactando, assim, o simples ato de caminhar nos lugares públicos, como observa Calió (1992). A mobilidade pelos transportes coletivos, é também um exemplo dessa distinção. Além da baixa qualidade dos serviços prestados, a mulher, enquanto usuária do transporte público, sofre outros transtornos que

refletem na forma como elas irão experienciar a cidade.

Por isso, enquanto os papéis entre os gêneros ainda são muito delimitados em nossa sociedade, faz-se necessário pensar um espaço urbano onde as mulheres se sintam mais seguras e que facilite suas vivências cotidianas.

Nesse contexto, o presente trabalho teve o propósito de apontar diretrizes para um espaço urbano mais inclusivo às mulheres, assim como aos demais grupos tais como idosos, cadeirantes e crianças, partindo da análise do caso de Sete Lagoas, MG, Brasil. A importância do tema justifica-se pelas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no município e pela ausência de políticas locais e de um planejamento urbano que facilitem suas vivências nos espaços públicos.

O trabalho norteou-se pelos seguintes questionamentos: É possível produzir cidades seguras, democráticas e inclusivas através do planejamento urbano? Como o planejamento urbano pode contribuir para a inclusão sócio-espacial das mulheres na cidade de Sete Lagoas?

O planejamento urbano é uma ferramenta importante na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres dentro do espaço urbano. Para que o gênero feminino e suas experiências sejam incorporados, tanto no planejamento urbano, como em todas as demais áreas, Muxí (2011) aponta a necessidade de uma alteração de perspectiva em todos os escopos. A perspectiva universal de superioridade do gênero masculino e a unanimidade com que suas experiências são tratadas devem ser abandonadas.

Planos e programas de Políticas Públicas feitos para a inclusão sócio-espacial da mulher, têm como objetivo conceder a elas o pleno direito à cidadania e reparar a dívida histórica.

Para Calió:

[...] feminilizando os conceitos de Planejamento e a prática das Políticas Públicas - será possível dar verdadeira

dimensão ao conceito de "cidadania e democracia", opondo-se à política "tradicional" marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual. (CALIÓ, 1992, p. 09)

A contribuição do planejamento urbano à inclusão socioterritorial das mulheres no espaço urbano, pode ser observada em experiências na cidade de Barcelona, Espanha e em território nacional na cidade de Santo André. Tais casos apresentam avanços do Planejamento Urbano na democratização dos espaços urbanos, destacando a relevância do tema na abordagem do estudo em Sete Lagoas.

## MATERIAL & MÉTODOS

Inicialmente, criou-se uma identidade visual para ser atrelada ao projeto, denominado CIDADE PARA TODAS - Planejamento e Gênero em Sete Lagoas (Figura 1).

FIGURA 1 - Identidade visual da Pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa.

Para a coleta de dados e o diálogo com as mulheres, utilizaram-se dois métodos: questionário virtual difundido por meio de e-mail, Instagram etc. e rodas de conversa.

O questionário foi gerado por meio do *Google Forms* e ficou disponível para preenchimento na plataforma no período de 05 de setembro a 15 de novembro de 2019, no endereço: <http://forms.gle/njDTNvar8TJ62ynL9>.

Pensando na divulgação da pesquisa foram elaboradas páginas nas redes sociais – Instagram e Facebook – onde o questionário foi vinculado para facilitar o acesso e alcançar o maior número de respostas.

Visto a dificuldade em fazer com que as pessoas respondessem o questionário, contou-se com a ajuda na divulgação de uma influenciadora digital da cidade – Gisele Ronan –, cujo perfil no Instagram possui mais de 16 mil seguidores. Nesse contexto, além de disponibilizar o link do questionário, as perguntas foram adaptadas e inseridas nos *Stories* do Instagram<sup>1</sup> da blogueira para deixar o questionário mais atrativo e estimular a aderência de mais mulheres.

Para obter mais informações para a realização de um diagnóstico das áreas de insegurança, foi desenvolvida uma ferramenta física de mapeamento colaborativo com o perímetro urbano e arruamento da cidade (Figura 2). O enunciado propunha às mulheres que marcassem os lugares onde se sentiam inseguras e explicassem os motivos. A marcação deveria ser feita considerando-se a intensidade de insegurança que sentiam no lugar escolhido. Para tal, utilizaram-se marcadores com cores distintas: vermelho para alto grau de insegurança, rosa para médio e amarelo para baixo. Assim, seria possível identificar espaços considerados desconfortáveis ou não e os motivos que levam a tais sensações.

FIGURA 2 - Mapa de insegurança



Fonte: Dados da Pesquisa.

Inicialmente a ferramenta foi exposta entre os dias 05 a 24 de outubro de

2019 em um dos corredores do Prédio da Unidade Acadêmica de Ensino de Ciências Gerenciais-UEGE do Unifemm. Num segundo momento, o mapa foi utilizado em duas rodas de conversas.

Ao final do processo foi possível traçar as diretrizes propostas para um espaço urbano mais inclusivo ao gênero feminino.

## RESULTADOS & DISCUSSÃO

### Recorte Territorial e Dados Populacionais

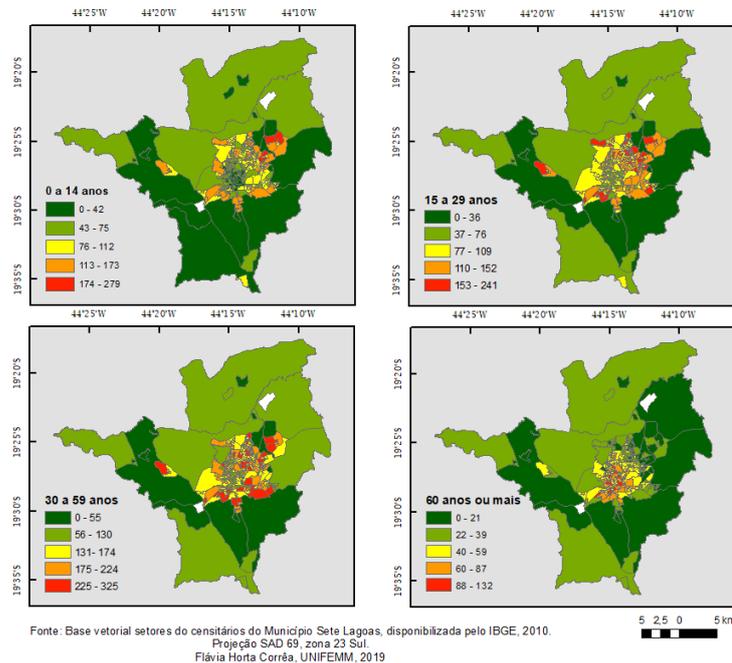
Sete Lagoas, cidade localizada no Estado de Minas Gerais, Brasil a 73 km da capital Belo Horizonte, passou por um intenso processo de urbanização ao longo dos anos, o que modificou significativamente seu desenho urbano.

A população feminina encontra-se em maior número no território, correspondendo a 51,44% dos seus 214.152 habitantes, ou seja, 110.161 mulheres distribuídas entre seus 298 setores censitários (Figura 3).

Por meio da análise de dados e comparação entre mapas que apresentam a distribuição da população feminina pelos setores censitários, foi possível perceber a concentração das mulheres na área urbana do município. Divididas em quatro grupos por faixas etárias - de 0 a 14 anos, 15 a 29 anos, 30 a 59 anos e 60 anos ou mais - identificou-se a predominância das mulheres jovens e adultas. A faixa etária menos representativa é a de mulheres com 60 anos ou mais.

<sup>1</sup>O *Stories* é uma ferramenta do Instagram que permite várias publicações de até 15 segundos cada e ficam disponíveis por 24 horas.

FIGURA 3 - População Feminina por setor censitário



Através da identificação da faixa etária concentrada em cada região e do processo industrial mencionado acima, nota-se que as regiões onde concentram-se a maior população feminina infantil - faixa etária de 0 a 14 anos - são as mesmas onde a população tem menor acesso à informação, menor poder aquisitivo, maior índice de natalidade e encontra-se mais distante dos principais polos de saúde. Percebe-se também que na região central concentra-se a população idosa e em menor volume populacional, uma vez que a população mais velha está nas áreas de ocupação mais antigas de Sete Lagoas.

Devido à urbanização periférica informal, Sete Lagoas apresenta um agravamento de problemas sociais com crescimento da demanda por serviços públicos.

Se a maioria da população pertence ao gênero feminino e as mulheres são as mais afetadas pela configuração das cidades produzidas pela sociedade capitalista patriarcal, acredita-se que colocá-las como foco das políticas públicas e pensar no planejamento urbano pela perspectiva das mesmas, é a forma mais justa de reparar

essa dívida histórica e dar a elas o pleno direito à cidade.

### **Legislação Urbanística e Dados de gênero na Administração Municipal de Sete Lagoas**

Por meio de pesquisa ao site da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, constatou-se a existência do órgão Núcleo de Política para Mulher vinculado à Secretaria Particular do Prefeito e Assuntos Especiais e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDM/SL).

Tratando-se da integração das questões de gênero no planejamento urbano, reconheceu-se a LEI Nº 8636 DE 11 DE MAIO DE 2017 como a de maior relevância na legislação da cidade. Visando assegurar o direito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao utilizarem os transportes coletivos, a Lei estende-se às mulheres e idosos, garantindo a eles o direito ao desembarque em outros pontos, além das paradas obrigatórias a partir das 22 horas até às 05 horas do dia seguinte. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, 2017).

Embora reconhecida a presença de algumas leis para a inclusão sócio-espacial e garantia do direito à cidade, a legislação do município de Sete Lagoas não supre as necessidades específicas do gênero feminino e de outros grupos que se encontram aquém do grupo de homens adultos saudáveis para o qual a cidade foi projetada.

Analisando os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, constatou-se que a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Políticas Públicas, órgão responsável pela gestão e planejamento urbano da cidade, possui 132 funcionários. Deste total apenas 25% são mulheres. Pontua-se também que entre os 17 parlamentares em exercício de mandato na Câmara Municipal, apenas 2 são mulheres. Destaca-se a relevância dessa informação, uma vez que os vereadores são os responsáveis pela votação das leis urbanísticas.

Nota-se o reduzido número de mulheres, tanto nos órgãos executivos, quanto nos legislativos, o que pode ter relação com a baixa quantidade de legislações voltadas para o gênero feminino em Sete Lagoas. Alguns exemplos demonstram tal relação ao evidenciar como a presença de mulheres na política pode refletir positivamente na transformação da vida das mulheres e meninas:

[...] Ruanda é o país que lidera a proporção de mulheres no parlamento: as políticas de violência contra a mulher se tornaram prioridade no país. Iêmen, por outro lado, é um dos países com mais baixa representação de mulheres na política: a violação de direitos das mulheres é sistemática em nome da tradição e dos costumes. [...] É certo que os homens devem também assumir esse dever de representação, e muitos fazem bem. No entanto, a paridade de gênero na política é fundamental para o entendimento que a realidade da vida não é a mesma para mulheres e homens. [...] (CARINO, G. 2019; DINIZ, D., 2019)

## **Rodas de conversa**

Foram realizadas no contexto desta pesquisa duas rodas de conversa. A primeira executada no dia 24 de outubro de 2019 no Centro Universitário de Sete Lagoas-Unifemm pelo Projeto Direitos Humanos, sob orientação do Prof. Túlio Picinini, contou com a participação de 10 pessoas.

A segunda roda de conversa foi realizada no dia 27 de outubro de 2019 e teve como cenário o Terminal Urbano de Sete Lagoas. A atividade proposta foi possibilitada pelos coletivos “Várias Marias” e “Tantas e pelas mulheres” do Partido dos Trabalhadores-PT de Sete Lagoas e contou com a participação de 14 mulheres.

Nas duas ocasiões fez-se uma breve apresentação do tema e em seguida, aplicou-se a seguinte metodologia: primeiro foi feito um diagnóstico das áreas da cidade onde às mulheres e outros grupos subalternizados pela sociedade se sentiam inseguros e os motivos de tal sentimento. Para isso, utilizou-se um mapa físico já apresentado anteriormente. Após o diagnóstico, passou-se para a segunda etapa, na qual discutiram-se as possibilidades de atuação e enfrentamento das dificuldades levantadas.

Assim, foi possível elencar uma série de sugestões para a redução das sensações de insegurança e a inclusão sócio-espacial no espaço urbano de Sete Lagoas. Muitas delas integraram as diretrizes finais do trabalho por entender que a participação popular é de grande importância no planejamento urbano.

## **Análise de Dados coletados através do Questionário Virtual**

Esta sessão tem por objetivo apresentar e analisar os dados coletados através do questionário virtual.

O questionário foi disponibilizado em duas plataformas – *Google Forms* e Instagram – o que pode ter influenciado os resultados obtidos em relação à quantidade e qualidade de dados coletados. Nesse contexto, fez-se uma análise isolada de cada material e em seguida uma síntese dos mesmos, após concluir que essa junção não

prejudicaria o resultado final.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de participantes que responderam o questionário disponível no *Google Forms* e nos *Stories* do Instagram e desses quantos responderam todas as questões.

TABELA 1 - Quantidade de participantes que responderam ao questionário

Plataforma	<i>Google Forms</i>	<i>Stories</i> do Instagram
Participantes	81	581
Concluíram questionário	81	145

Fonte: Dados da Pesquisa.

Acredita-se que o número reduzido de respostas está atrelado à extensão do questionário – 38 perguntas no *Google Forms*, sendo 12 facultativas e 20 perguntas no Instagram –, o que exigiu disponibilidade de tempo e empenho das participantes.

Serão apresentados primeiramente os resultados de caráter pessoal, com o objetivo de identificar os diferentes perfis de gênero feminino de Sete Lagoas que responderam o questionário. Em seguida serão apresentados os dados relacionados à infraestrutura urbana.

A primeira questão do questionário pedia para que o participante identificasse seu gênero, com o objetivo de eliminar qualquer interferência do gênero masculino nos resultados.

Como pode-se ver no Gráfico 1, a maioria dos participantes correspondem ao gênero feminino. A partir daqui eliminaram-se as respostas dos participantes do gênero masculino e dos não

binários<sup>2</sup>. O último, apesar de também se tratar de um grupo historicamente ignorado no planejamento urbano, não foi abordado aqui neste trabalho, pois significariam outro recorte.

A segunda questão perguntava às participantes se elas moravam ou frequentavam a cidade de Sete Lagoas. Conforme apresentado no Gráfico 2, a grande maioria respondeu que sim e os que responderam não foram eliminados por considerar que não teriam conhecimento à respeito da vivência no espaço urbano do município.

A maioria das mulheres que responderam ao questionário, foram mulheres jovens, (Gráfico 3). Atribui-se a predominante participação de mulheres jovens na pesquisa ao maior uso de ferramentas digitais e maior compreensão dos papéis atribuídos às mulheres.

<sup>2</sup>Grupo de pessoas que não se reconhecem como pertencentes a um gênero exclusivamente, ou seja, sua identidade de gênero não é limitada ao masculino e feminino.

GRÁFICO 1 - Gênero

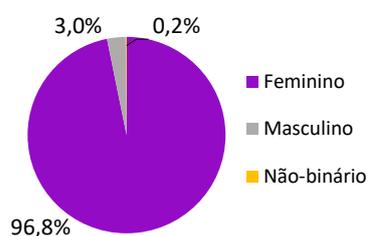


GRÁFICO 2 - Participantes de Sete Lagoas

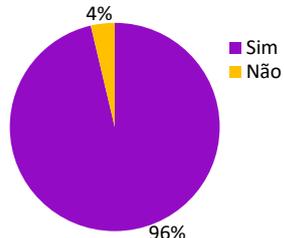
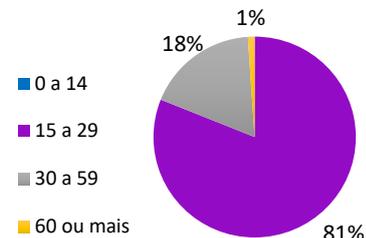


GRÁFICO 3 - Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa.

Na pergunta correspondente à cor/etnia, é nítida a predominância de mulheres pardas e brancas em relação às negras e indígenas (Gráfico 4). Esses dados apontam um recorte de raça/étnico dentro das respondentes.

Os próximos dados coletados perguntavam a respeito dos bairros onde moravam as participantes. A análise desse dado é de grande importância, visto que os bairros são os espaços onde as mulheres realizam suas atividades corriqueiras e por isso devem possuir infraestrutura que atenda às necessidades da vida cotidiana. Nesse contexto, os bairros Boa Vista e Nossa Senhora do Carmo tiveram maior participação de mulheres na pesquisa, seguidos pelos bairros Centro, Jardim Arizona e Indústrias. Com um número menor de registros apontaram os bairros Canaã, São Geraldo, Montreal, Nossa Senhora das Graças, Jardim Europa, JK, Nova Cidade e Interlagos II e havendo

menor representação nos demais bairros da cidade.

Algumas hipóteses levantadas para a maior adesão dos primeiros bairros acima citados foram: maior incidência de lugares considerados inseguros para as mulheres, incentivando a participação em debates que buscam melhorar as vivências das mulheres e o maior acesso à informação, justificada pelo entendimento da importância da participação social.

Percebe-se na questão sobre o grau de escolaridade das participantes (Gráfico 5), um recorte de classe, visto que a maioria possui ensino superior ou ensino médio completo. Apesar do maior acesso ao ensino superior, após a difusão de programas de financiamento educacionais, a população que possui acesso a essa formação é também a que possui maior poder aquisitivo.

GRÁFICO 4 - Cor/Etnia

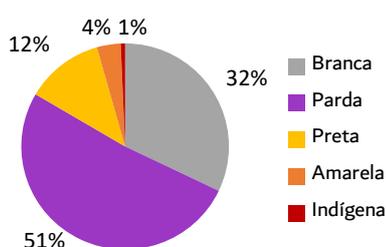
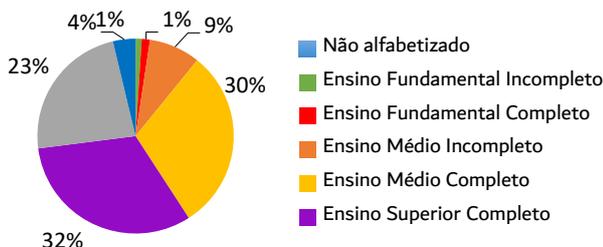


GRÁFICO 5 - Grau de escolaridade



Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro fator importante é a desproporcional relação entre as mulheres que têm filhos e a conclusão de sua formação educacional. Mulheres em condições de vulnerabilidade tendem a deixar os estudos quando têm filhos pequenos durante o processo de formação, visto que boa parte delas não conta com a colaboração de outras pessoas no cuidado das crianças, o que pode ser confirmado pelos dados de estado civil (Gráfico 6) e de presença de filhos (Gráfico 7).

Quando perguntadas se têm ou não filhos, 73% das participantes responderam que não (Gráfico 7). Esse dado reforça o recorte de classe mencionado anteriormente, uma vez que a taxa de natalidade costuma ser maior entre

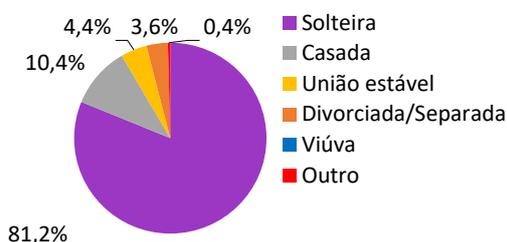
mulheres em condições de vulnerabilidade social.

Esse dado é de extrema importância para a avaliação dos espaços públicos, pois a presença de filhos acarreta na maior dependência dos equipamentos públicos.

A partir daqui se encerram as questões de caráter pessoal, concluindo o perfil do grupo de respondentes e iniciou-se a análise de dados relacionadas ao espaço urbano do município.

Ao serem perguntadas se próximo às suas casas existiam espaços públicos que garantem a acessibilidade e segurança dos moradores (Gráfico 8), 52% responderam que sim, apontando mais uma vez o recorte de classe.

GRÁFICO 6 - Estado Civil



Fonte: Dados da Pesquisa.

GRÁFICO 7 - Filhos

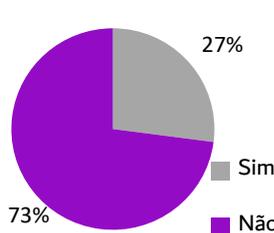
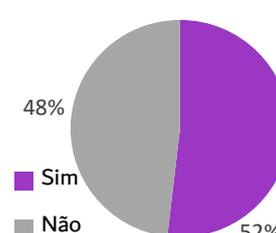


GRÁFICO 8 - Acessibilidade espaços públicos



Perguntadas se próximo às suas residências existem equipamentos que possibilitam o desenvolvimento de atividades cotidianas relacionadas ao cuidado com a família, lazer e trabalho, a maioria das participantes respondeu que sim, conforme apresentado no Gráfico 9.

As mulheres que responderam “não” e “parcialmente” para a questão anterior foram questionadas sobre quais equipamentos faltam nas proximidades de suas casas. A maior parte das queixas foram em relação a falta de espaços públicos para lazer e recreação e a falta de creches e

escolas, seguidos pela deficiência dos equipamentos públicos de saúde e pela insegurança municipal. Apresentado em menor número que os últimos dados citados, as queixas ao transporte público foram significativas.

Perguntadas se têm algum período do dia em que preferem não se locomover a pé, 82% das mulheres responderam que sim (Gráfico 10). Dessas, 76% evitam o deslocamento a pé no período da noite (Gráfico 11).

GRÁFICO 9 - Proximidade equipamentos públicos a pé em algum período dia

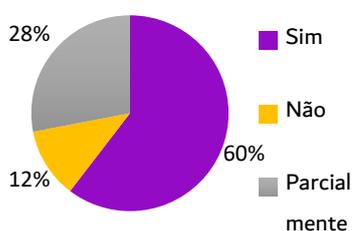


GRÁFICO 10 - Preferem não locomover a pé em algum período dia

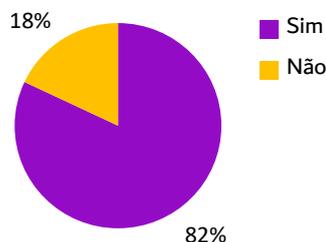
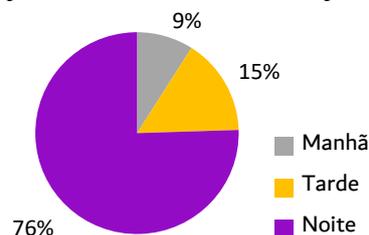


GRÁFICO 11 - Período do dia preferem não locomover a pé



Fonte: Dados da Pesquisa.

As mesmas perguntas foram feitas em relação ao transporte coletivo, obtendo-se 75% de respostas afirmativas sobre evitar seu uso em algum horário do dia.

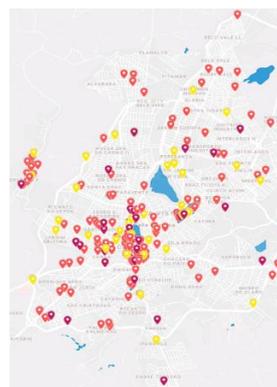
Dando sequência ao questionário, foi pedido que as mulheres identificassem os horários e motivos que preferem não utilizar o transporte público. Assim, ocorreu a predominância do período noturno, seguido do período matutino. Em relação aos motivos, foram identificados como principais: a insegurança provocada pela falta de vitalidade que ocorre à noite, assim como a deficiência da iluminação dos espaços públicos, tornando-os escuros e susceptíveis a assaltos e importunação sexual. O período da manhã também foi citado como propício a essas mesmas ocorrências. O intervalo entre 17h30 e 18h30 são evitados pela maioria das respondentes por serem horários de superlotação, o que também os torna propícios aos assédios. Na parte da manhã, destacou-se às 7h como o único horário evitado devido à superlotação do transporte, sem que o assédio fosse citado ao mesmo tempo.

Perguntadas se participaram das atividades de revisão do Plano Diretor municipal, obteve-se 90% de respostas negativas. Vale ressaltar a importância da participação social no planejamento de cidades inclusivas aos diversos grupos.

Com o objetivo de fazer um mapeamento das áreas de insegurança da

cidade de Sete Lagoas, pediu-se para que as mulheres citassem 5 lugares considerados inseguros, avaliassem de 1 a 5 o grau de insegurança - 1 considerado baixa insegurança e 5 alta insegurança - e justificassem suas escolhas. Através das respostas obtidas foi possível fazer um mapeamento das áreas consideradas de risco pelas participantes. Os lugares considerados como de alta, média e baixa insegurança foram diferenciados pelos marcadores vermelhos, amarelos e rosas, respectivamente. Ao observar a Figura 4, ficam evidentes as áreas consideradas como mais inseguras.

FIGURA 4 - Mapa de Risco - Sete Lagoas-MG



Fonte: Imagem do mapeamento virtual realizado com base nas respostas, 2019

Os locais mais citados e os motivos apresentados pelas participantes estão apresentados na Tabela 2.

TABELA 2 - Locais mais citados e motivos apresentados

Bairros/Locais	Nº de vezes citados	Principais motivos
1. Centro	77	Pouco policiamento; Baixa vitalidade; Iluminação insuficiente
2. Boa Vista	43	Pouco policiamento; Permanência de usuários de drogas; Iluminação insuficiente
3. Serra Santa Helena	15	Pouco policiamento; Iluminação insuficiente; Lugar deserto
4. Cannã	14	Pouco policiamento; Baixa vitalidade; Iluminação insuficiente

Fonte: Dados da Pesquisa.

No Centro da cidade (1), área de uso comercial predominante, os locais mais citados foram: Terminal Rodoviário e entorno, Lagoa Paulino, Praça do CAT, Praça Dom Carlos Carmelo Mota (Praça da Feirinha) e Praça Tiradentes.

No bairro Boa Vista - citado 43 vezes - área de uso misto, os locais mais mencionados foram a Lagoa Boa Vista, o Terminal de Ônibus e o Viaduto da R. Amazonas.

A Serra Santa Helena - citada 15 vezes - foi mais mencionada de maneira geral.

O bairro Canaã - citado 14 vezes - possui uso misto e teve como local mais mencionado a Praça Martiniano de Carvalho, devido à baixa vitalidade e iluminação insuficiente. Vale ressaltar que os lugares com uso comercial, são mais mencionados no período da noite, quando os estabelecimentos fecham e a vitalidade existente durante o dia diminui.

## CONCLUSÕES

### Diretrizes para a inclusão sócio-espacial das mulheres em Sete Lagoas

Após a análise dos dados foram traçadas diretrizes para um planejamento urbano sob a perspectiva de gênero e a inclusão sócio espacial das mulheres na cidade de Sete Lagoas. Assim, elaborou-se uma cartilha final, na qual são apresentadas

as possíveis soluções para as questões levantadas:

- Divulgar as rotas e horários dos transportes coletivos, evitando que as mulheres fiquem por muito tempo nos pontos de ônibus;
- Redistribuição das linhas de ônibus com participação da população local;
- Passe único no transporte coletivo;
- Criar ciclovias para que as pessoas tenham mais opções de mobilidade, evitando a dependência dos outros transportes;
- Aumentar o número de postos policiais;
- Levar o debate do planejamento urbano sob a perspectiva de gênero nas escolas;
- Política pública para que os loteamentos só sejam efetivados se com eles forem implantados os equipamentos urbanos, para a manutenção da vida e da dignidade;
- Fiscalização de lotes abandonados (aparar os matos e utilizar grades para a vedação);
- Aumentar a quantidade e qualidade da iluminação nos espaços públicos;
- Melhorar as condições e acessibilidade das calçadas;
- Incentivar o uso de nomes femininos para a nomeação de espaços públicos, aumentando o

reconhecimento do papel das mulheres na sociedade.

- Fiscalização das irregularidades das calçadas (rampas inadequadas);
- Legislação que disponibilize 50% das vagas da casa legislativa para as mulheres, visando a representatividade.

MUXÍ MARTÍNEZ, Z.; CIOCOLETTO, A. **La ley de barrios en Cataluña: la perspectiva de género como herramienta de planificación.** En: Revista Feminismo/s nro.17. La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género. María Elia Gutiérrez Mozo, coord. Universidade de Alicante, (2011).

### AGRADECIMENTOS

Aos coletivos “Várias Marias” e “Tantas e as mulheres” do Partido dos Trabalhadores-PT de Sete Lagoas a grande colaboração.

### REFERÊNCIAS

CALIÓ, S. A. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano.** [s.n.t.]. 9 p.; CALIÓ, Sônia Alves; LOPES, Maria Margaret. Mulher e espaço urbano. [s.l.:s.n.]. 1992a. 24 p.

CARINO, G.; DINIZ, D. **Política e misoginia: porque é a hora de as mulheres levarem uma cadeira portátil à mesa.** El País, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/opinion/1548964060\\_458044.html#?ref=rss&format=simple&link=link](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/opinion/1548964060_458044.html#?ref=rss&format=simple&link=link)>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

GONZAGA, T. O. **A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** 2004, São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

MUXÍ MARTÍNEZ, Z. **“Ciudad Pròxima. Urbanismo sin Género.”** Revista Ingeniería y Territorio n° 75, 2006. Revista del Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Barcelona. 2006.